



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Depoimento nº: 006/17	Data: 11/08/2017
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h41min

COLABORADOR

CÉLIA MARIA DOS SANTOS LADEIRA MOTA - Jornalista, professora da Universidade de Brasília — UnB e ex-servidora do Senado Federal.

SUMÁRIO

Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.

TÓPICOS

1. Formação básica. 2. A experiência profissional. 3. Pós-Graduação. 4. Eventos jornalísticos na memória. 5. A TV Pública: a diferença. 6. A evolução técnica dos programas de TV. 7. O início da *TV Senado*. 8. O convite para editar o programa *Diário da Constituinte*. 9. O trabalho no *Diário da Constituinte*. 10. Um legado inesperado da Constituição. 11. *Diário da Constituinte*: uma avaliação. 12. A importância da mídia legislativa.

1. Formação básica

Nasci no Rio de Janeiro. Eu vou pular fases, porque senão não vamos acabar nunca. Eu sempre quis ser professora. Comecei como professora primária em Parada de Lucas, um Distrito de Duque de Caxias. Eu trabalhava com crianças pequenas, alfabetizando, e ao mesmo tempo comecei a fazer a Faculdade de Jornalismo, que na época funcionava perto do Calabouço¹. Era um momento muito forte, 1963, aquela fase pré-golpe militar², e havia muita passeata de estudante. Uns anos à frente — eu já estava saindo —, houve a morte do Edson Luiz³, um estudante, fato que movimentou o Rio de Janeiro inteiro. Foi uma fase rica.

¹ Restaurante Central dos Estudantes, apelidado de Calabouço, v. nota 3

² O golpe militar ocorreu em 1964. V. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar (<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>)

³ “Edson Luiz de Lima Souto, assassinado, em 28 de março de 1968, num confronto com a Polícia Militar durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Edson estava no restaurante Calabouço, no centro do Rio, local onde era oferecida comida a baixo custo a estudantes secundaristas e universitários. O episódio marcou o início do endurecimento da repressão do regime militar no país”. (Restaurante Universitário - <https://ufri.br/restaurante-universitario>). V. também Morte do estudante Edson Luís em 1968 deflagra protestos no país contra ditadura



Minha formação na faculdade, eu amei, porque tinha professores muito bons, não jornalistas. O interessante é que na época não eram jornalistas que davam aula, mas tive aulas, por exemplo, com Sobral Pinto⁴. Eu tinha aula de latim. Tive aula de latim no ginásio, tive aula de latim na faculdade. Tive aula de português muita boa, com uma professora doutora também. Então, foi uma formação mais generalizada. Não era como é hoje — hoje é muito mais técnica —, não era como vejo agora nos cursos de Jornalismo.

Era uma época difícil para o País, e eu tinha que me locomover sempre, ir para a escola, voltar, ir para a faculdade.

2. A experiência profissional

Aí comecei, de noite, a trabalhar também, a estagiar em jornal. Meu primeiro emprego no jornal foi na *Tribuna da Imprensa*⁵. Era tão engraçado, porque meu pai é que me levava. Nunca vi isso. Na época não havia nenhuma mulher na redação. Meu pai, então, tinha um medo! — eu novinha lá. Ele me levava para lá e me buscava. Comecei assim. Mas depois a gente vai se soltando.

A experiência na *Tribuna* foi interessante, porque a *Tribuna* era um jornal muito combativo, embora muito reacionário; mas você tinha muito espaço para trabalhar. Então, saía fotografando para as minhas matérias. Eu tinha uma câmera pequenininha e fazia fotos para a primeira página, para essa coisa que todo jornalismo ama, que é aparecer na capa do jornal. Fazia matérias em lugares com problemas sociais. Lembro de que fiz uma entrevista no Instituto de Neuropsiquiatria Infantil, no Engenho de Dentro, no Rio, que me marcou muito, porque lá filmei, escondida, crianças largadas, deitadas no chão, com fraldas, todas molhadas. Era um horror! Isso se transformou em uma reportagem. Foi a minha primeira reportagem de página inteira, com as fotos minhas também. Foi uma lição que tive de jornalismo. Anos depois, 15 anos depois, vi essa mesma matéria sendo feita, e nada tinha mudado. Essa foi uma

(<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/morte-do-estudante-edson-luis-em-1968-deflagra-protestos-no-pais-contraditadura-22470751#ixzz5R6KsAccjstest>).

⁴Heráclito Fontoura Sobral Pinto, jurista. (v. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto>).

⁵Jornal Tribuna da Imprensa (v. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>)



lição. Você martela aquilo, bate na tecla, tenta mudar uma realidade, e não a muda. O jornalismo não muda a realidade. Isso eu falo para os meus alunos. Eles têm que baixar a bola. Não devem ficar achando que tudo o que nós fazemos é importante e que vai mudar tudo. Nem sempre muda. Naquele caso, pensei assim: meu Deus, as coisas não mudam; como é difícil mudar o País; como é difícil mudar práticas culturais no País. Isso é muito complicado. Eu passei por essa fase.

Então, fui para o *Jornal do Brasil*. Isso é importantíssimo relatar porque foi uma experiência muito fascinante. Trabalhei no *Caderno B*⁶, com a Marina Colasanti⁷, que era a Editora-Chefe do *Caderno B*. E ela me puxava para dizer assim: “*Célia, invente, crie, faça isso; não venha com aquelas materiazinhas quadradinhas, não*”.

Isso foi o que me fez ir para tudo quanto era matéria. Eu inventava, fazia formas novas de escrever. Essa foi uma experiência fascinante. Convivi com Yan Michalski⁸, com aqueles grandes comentaristas do *Caderno B*, durante a grande fase do *Jornal do Brasil*.

Nessa fase, nessa época da década de 1960, eu vim para Brasília. Fui transferida pelo *Jornal do Brasil* para Brasília. Em 1973, subi para cá. Praticamente, vim cobrir um momento em que o Brasil estava mudando. Houve uma eleição, o Geisel⁹ tomou posse; depois do Médici¹⁰.

Houve uma renovação muito grande no Congresso Nacional. Fui trabalhar cobrindo o que acontecia no Senado Federal. Então, essa foi uma fase importante e, ao mesmo tempo, decisiva para o País. Era a fase pós-Médici.

Há um momento que gosto de registrar e que acho muito importante, mas que ficou perdido na história. Era década de 1970, Governo Médici. O Brasil estava comemorando o tricampeonato, e muitos amigos, muitos colegas de universidade,

⁶ V. *Caderno B do Jornal do Brasil*: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85), de Patrícia Ferreira de Souza Lima (2006).

(http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=107313)

⁷ Jornalista e escritora ítalo-brasileira. V. <https://www.marinacolasanti.com/>

⁸ Jan Majzner Michalski, teórico e crítico de teatro. V. <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7000/yan-michalski>

⁹ Ernesto Geisel. Vigésimo Primeiro Período de Governo Republicano - 15.03.1974 a 15.03.1979. V. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel>

¹⁰ Emílio Garrastazu Médici. Vigésimo Período de Governo Republicano - 30.10.1969 a 15.03.1974. V. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici>



tremendo e magros, estavam indo à televisão pedir desculpas ao País porque tinham sido traidores da Pátria. Isso foi um negócio que me congelou quando vi pela televisão. Eles estavam fazendo aquilo com muita tortura por trás. Esse foi um momento que ficou marcado para mim e que ficou perdido. Havia um discurso oficial de Brasil que vai para frente, e havia um discurso não oficial do que acontecia nos porões do Governo. Eu tive problemas, inclusive, com a minha irmã. Tive problemas com vários amigos que tiveram que sair do País.

Esse foi um período de realizações profissionais, mas, ao mesmo tempo, houve toda essa insegurança, com amigos saindo do País, deixando o País e indo para o Chile, mas em lá chegando houve o golpe no Chile. Alguns saíram do Chile e foram para a Argentina; chegando à Argentina, golpe na Argentina.

Essa foi uma fase muito difícil de prática de jornalismo. Estava cobrindo política em Brasília, num momento em que Senadores, como Paulo Brossard¹¹, assumiam aqui e faziam discursos maravilhosos, que paravam o Congresso inteiro. Mas havia também todos esses acontecimentos terríveis, de pessoas em busca de uma saída da ditadura. Era mesmo um tempo difícil de viver, bem difícil. Tive problemas naquele momento com alguns Senadores. Quando cobríamos um fato e escrevíamos uma matéria, no dia seguinte ele pedia a sua demissão.

Eu cobria o Senado pelo *Jornal do Brasil* nessa época. Foi uma experiência ótima. Foi nesse momento em que se começou a falar sobre a abertura e a anistia. Foi um momento muito importante, do qual gostei muito. Mas estava ficando difícil para mim, porque comecei a sofrer pressão: “*Não pode falar isso, não pode falar aquilo*”. Surgiu um convite para voltar para o Rio e para a *TV Globo*. Fui para a *TV Globo*, como editora do *Jornal Hoje*, e comecei a aprender a editar, o que não sabia. Trabalhei cinco anos como editora, inventando coisas no telejornal, tentando fazer um jornal de revista.

¹¹ Paulo Brossard de Souza Pinto. Senador pelo Rio Grande do Sul (1975-1983). Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal. V. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=26>



Depois disso, voltei a Brasília, em 1982. Vim pela Globo, trabalhei um pouquinho na Manchete¹² com o Alexandre Garcia¹³, que a estava montando. Eu fiquei na Manchete e na Globo — uma coisa difícil, mas fiquei.

Minha vida foi seguindo e, por volta de 1985, eu saí da Globo e fui trabalhar na editora da universidade¹⁴, fui fazer livros. Vieram mudanças, e eu comecei a fazer vídeos também. Trabalhei numa produtora pequena de Brasília, a Ema Vídeo, onde fiquei produzindo uma série de documentários e programas políticos. Fiz bastantes programas políticos de todos os partidos. Foi aí que descobri que todos eles são muito iguais, não há muita diferença. Com todos eles você aprende o que é a política. E isso me levou também a pensar em estudar mais, a fazer mestrado, doutorado. Aí fiquei na universidade, onde fiz um concurso para professora. Foi nessa época em que eu estava fazendo o concurso que surgiu esse convite para trabalhar no *Diário da Constituinte*¹⁵. Trabalhei, continuei um tempo no Senado e fiquei na universidade até hoje.

3. Pós-Graduação

Eu tenho uma paixão por linguagem, seja textual, seja visual. Adoro linguagem! Acho que toda linguagem é a representação do que pensamos. Então, a linguagem diz tudo. Acho que analisar a linguagem é um caminho de pesquisa imenso. Aprendi com Fairclough¹⁶ a análise do discurso. Ele é um especialista em análise do discurso. Comecei a trabalhar na parte acadêmica com pesquisa, com trabalhos apresentados em congressos sobre análise do discurso, não só com o texto escrito, mas também com o discurso visual, com o discurso da TV, com o discurso da política. Então, foi por aí que me consolidei em termos de pesquisa.

Entre 1992 e 1995, estava no Senado. Resolvi sair do Senado porque não conseguia uma licença. Saí, então, em 1995, e fui para Lancaster, uma cidade

¹² Rede Manchete de Televisão. V. <http://redemanchete.net/>

¹³ Alexandre Eggers Garcia, jornalista brasileiro.

¹⁴ Editora da Universidade de Brasília.

¹⁵ *Diário da Constituinte* V. http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/programas-radio-tv-sobre-a-constituicao.

¹⁶ Norman Fairclough, fundador da análise crítica do discurso, professor da Lancaster University. V. <http://www.lancaster.ac.uk/people-profiles/norman-fairclough>



pequena e muito bonita no noroeste da Inglaterra. Foi uma experiência fascinante, aprendi muito lá.

Iniciei o doutorado lá. Fiquei um ano lá, voltei e fiz a qualificação um ano depois. Estava muito bem nessa fase, preparando a minha tese, quando minha mãe passou muito mal e fiquei com ela no hospital. Isso me deu um certo desencanto geral e parei. Depois, retomei meus estudos na UnB. Resolvi continuar a vida acadêmica e retomei a tese que eu havia começado na linha de análise do discurso mesmo. Eu a concluí na UnB.

4. Eventos jornalísticos na memória

Há coisas interessantes. Por exemplo, quando Juscelino¹⁷ morreu, eu tinha vindo a Brasília. Estava de férias e vim a Brasília pedir demissão do *Jornal do Brasil* para ir para a *TV Globo*. Aí o meu chefe, Walter Fontoura¹⁸, não quis nem saber. Ele morreu este ano em São Paulo. Era um excelente chefe, um excelente diretor de sucursal. Ele me mandou para a rua. “*Não quero nem saber. Vá lá cobrir. Vá para o cemitério, vá cobrir.*” Foi um fato importante. A morte de Tancredo¹⁹ também foi. Estava na televisão no plantão, e a pessoa que ia me substituir não foi. Eu fiquei. Passei o resto da noite botando no ar as entrevistas de todos os repórteres. Fiz toda a cobertura até umas quatro horas da manhã.

Televisão é um negócio muito espantoso, porque você não tem tempo de chorar. Você tem um fato na mão e tem que trabalhar com ele, tem que estar ao vivo com ele o tempo todo. Então, há esse lado assim. Por exemplo, na morte do Ayrton Senna, lembro que só fui chorar depois. Você só chora depois, porque não tem tempo. Você está no meio da confusão, no meio do fato, seja uma tragédia, seja o que for,

¹⁷ Juscelino Kubitschek de Oliveira. Décimo Sexto Período de Governo Republicano - 31.01.1956 a 31.01.1961. V. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/jk> Faleceu em Resende-RJ, em 22/08/1976. O funeral foi realizado em Brasília no dia 23/08/1976.

¹⁸ Walter Fontoura foi colunista, editorialista, editor-chefe e diretor do *Jornal do Brasil* e diretor da sucursal de São Paulo de *O Globo*. Faleceu em 04/07/2017. V. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1898820-mortes-montou-time-de-craques-em-jornal-carioca.shtml>

¹⁹ Tancredo de Almeida Neves. Vigésimo Terceiro Período de Governo Republicano - 15.03.1985 a 15.03.1990. V. http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/tancredo-neves/biblioteca_interna_ex



uma posse, uma queda de presidente, tudo isso. Você é gente. Você é um ser humano, mas, na hora do fato, você acaba se apagando como ser humano, apagando as suas emoções, para poder construir um texto, relatar aquele texto.

5. A TV Pública: a diferença

Já havia uma base, mas não acompanhei tanto assim o movimento da Constituinte. Em 1985²⁰ onde é que eu estava? Estou tentando lembrar profissionalmente assim. Saí da *TV Globo* para a UnB. Então, já estava meio voltada para um outro caminho, não é? Mas ainda fui chamada como profissional para trabalhar no *Diário da Constituinte*.

Eu achei importante exatamente por isto: ter a oportunidade de mostrar o que acontece no Congresso sem a interferência, sem a mediação, como acontece muito hoje: o repórter escolhe quem fala; há o Parlamentar que ele sempre entrevista; muitos nunca falam. Essa é a verdade, não é? Então, achava que aqui seria o lugar onde poderíamos construir uma ideia nova, uma TV que se pautasse pela transparência no fato.

Isso me motivou, e eu continuo achando isso. Eu acho que o grande papel da TV pública é o de dar transparência a toda a instituição, mostrar como ela age. Por exemplo, as reuniões de Comissão, que são riquíssimas, as pessoas quase não cobrem. A TV privada não cobre reunião de Comissão. Ela não cobre porque não é escandaloso. Isso não é um espetáculo. Sabe? A pessoa não quer perder tempo discutindo a sério um problema. Nas Comissões discute-se, aprofunda-se um determinado problema social, econômico, o que for. As pessoas não querem ter esse trabalho na TV privada. O foco na TV privada é o conflito, é o enredo, é a intriga. Quer-se intrigar A com B, trabalha-se em cima da relação de oposição, da relação de adversários: “*fulano é adversário de beltrano*”. Pensa-se: “*Eu vou aproveitar isso para instigar um e instigar outro*”. O trabalho legislativo não é isso. Isso existe. Isso faz parte da vida da política, mas não é esse o fato em si que se deve cobrir. Estou fazendo um texto sobre isso, mostrando a diferença entre o que é jornalismo e o que é política.

²⁰ Em 28 de junho de 1985, o presidente Sarney enviou ao Congresso uma proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, aprovada em 27 de novembro de 1985.



Essas são duas práticas profissionais, duas práticas sociais diferentes. O jornalista tem um papel, o político tem outro.

O jornalista não tem que fazer política, não é esse o papel dele. Ele tem que dar transparência total. Ele tem que fazer uma cobertura que mostre para o telespectador como um pensa, como o outro pensa, porque pensa assim, porque pensa assado. Há uma grande disputa de poder. Então tem que se deixar claro que o que existe no fundo é uma grande disputa de poder e que não é papel do jornalista estimular ou assolar de um lado ou de outro. O seu papel não é esse. O papel dele é mostrar como é o jogo e como as coisas caminham, vamos dizer assim; como se fazem leis e as dificuldades de se fazer lei. Isso me motivou muito. Eu acho que a Constituinte foi uma experiência riquíssima, riquíssima, riquíssima.

6. A evolução técnica dos programas de TV

Eu tinha trabalhado na Rede Globo alguns anos antes, e era muito interessante como se fazia lá. Hoje, você tem computadores para fazer a arte — e a gente chama de arte colocar créditos, colocar desenhos, colocar siglas e outros complementos da notícia. Naquela época, era uma pessoa só que fazia um desenho, filmava, e era bem pouco sofisticado. Era a Rede Globo, mas não tinha essa arte toda. E digo isso porque tudo veio com a evolução da computação. Hoje, o setor de arte da Globo, mesmo aqui em Brasília, é sofisticadíssimo, com vários recursos para fazer uma série de artes, desenhos, créditos, informações de números, de sobe e desce de índices.

Antes, não tinha nada disso. O que a gente tinha era feito à mão, com um rapaz que fazia a arte à mão. Ele desenhava, colocava na própria parede, e a câmera filmava. Era assim na Globo na década de 1980. Era assim também no *Diário da Constituinte* e aqui no Congresso. Você vai sofisticando o trabalho à medida que o sistema vai evoluindo. Foi um crescimento grande, na década de 1990, dessas novas formas de edição, digitalizando o tempo todo as imagens. Mas isso não era assim.

7. O início da TV Senado

Fui servidora do Senado. Antes, fiz o concurso para a UnB e passei. Depois que fiz o *Diário da Constituinte*, continuei dando aula, em tempo parcial, na Faculdade de Comunicação. Em 1991, houve o concurso do Senado. Eu passei entre os



primeiros lugares e fui trabalhar no Senado. Eu e Marilena Chiarelli²¹ montamos a *TV Senado*. Isso foi interessante porque precisamos lembrar como se cobria política aqui na Câmara, no Congresso em geral. Não havia essa cobertura que há hoje. Era só a imprensa privada.

Eu comecei um trabalho no *Diário da Constituinte*, no qual acreditei. Naquela época toda a informação legislativa era da iniciativa privada, era o que a Globo dizia, era o que a Bandeirantes dizia, era o que a Record dizia, era o que o jornal *Folha de S. Paulo* dizia. Era essa a mediação do fato político. Mas o fato político tem que ser mostrado pelos políticos.

Então, daí surgiu a ideia de se ter a TV pública. Acredito que você tem que montar e tem que fazer. Eu acho que foi por aí. Eu quis ajudar a construir a *TV Senado*. No início, quando fui para a *TV Senado*, nós começamos isso com um convênio entre o Senado e o CPCE — Centro de Produção Cultural e Educativa da UnB. Então, era uma equipe do CPCE que trabalhava aqui no Senado na cobertura. As primeiras coberturas foram feitas assim.

8. O convite para editar o programa *Diário da Constituinte*

Não sei dizer porque o CPCE foi contratado²². Achei que fosse pela proximidade. Acho que foi muito por causa do convênio, porque, até mesmo com cultura, você teria que passar pelo Ministério da Educação — a *TV Cultura*²³ é ligada

²¹ Marilena Chiarelli, jornalista com passagem pela TV Globo e TV Record, foi a primeira diretora da TV Senado. V. <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/marilena-chiarelli/trajetoria.htm> e <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/05/tv-senado-completa-20-anos-e-se-afirma-como-canal-da-cidadania>

²² A produção do Diário da Constituinte foi feita por uma equipe técnica do Centro de Produção Cultural e Educativa da UnB (CPCE), mas oficialmente o programa foi produzido pela Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS, com o apoio do Serviço de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - ADIRP da Câmara dos Deputados (Cf. BARROS, A. et al. História dos canais de comunicação do Legislativo. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V **Congresso Nacional de História da Mídia** – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Historia%20dos%20canais%20de%20comunicacao%20do%20Legislativo.pdf> Acesso em: 13/09/2018.

²³ A TV Cultura é mantida pela Fundação Padre Anchieta que pertence ao governo do estado de São Paulo. V. <http://www2.tvcultura.com.br/fpa/institucional/quemsomos.aspx>. A rede educativa ou rede pública de televisão é, atualmente, comandada pela TV Brasil da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, empresa pública do governo federal. V. <http://www.ebc.com.br/institucional/>. Sobre a rede educativa, V. também: *40 anos de Televisão Educativa no Brasil: a expansão do Sistema Educativo contribui para a democratização da*



à rede educativa, ao Ministério da Educação, tudo isso complica a vida burocrática da Nação. Nós passamos por todos esses problemas ainda hoje para se contratar. Há muita dificuldade para você fazer a coisa andar, porque você tem uma série de limites. Evitam-se erros nos sistemas. Então, não sei o porquê, mas acho que foi por causa da facilidade do convênio, com certeza.

Não me lembro quem foi que me chamou para o *Diário da Constituinte*. Realmente, eu não me lembro. Eu trabalhava na UnB, não no CPCE. Andei fazendo alguma coisinha no CPCE, saí entrevistando professor, fazendo, assim, debate com professores lá dentro, mas não era uma coisa da minha obrigação. Foi, acho, um periodozinho. Fiz muita coisa com aluno. A gente saía com os alunos para fazer filmagens. O convite talvez se deveu ao trabalho como editora. Editora de vídeo político, também vídeo de campanha, eu fiz muito.

9. O trabalho no *Diário da Constituinte*

O suporte ao trabalho era dado pelo Ulysses Guimarães. Eu me lembro muito do Secretário-Geral, Marcelo Cordeiro²⁴. Ele ajudava muito em qualquer problema. Quando a gente não conseguia falar com o Dr. Ulysses, era ele que resolvia. Eu me lembro bastante dele nessa ideia de resolver problemas. “Ah, fulano de tal está ligando, está escrevendo, diz que vai chegar aqui e vai matar todo o mundo”. Alguém falava: “Tem um fulano de tal — eu não me lembro de quem era, não é? —, um Deputado tal que disse que vai entrar aqui e vai dar um tiro em todo o mundo aqui, porque nós somos os comunistas”. Aí, ele: “Pode deixar comigo.” Ele pegava o cara e conversava.

As entrevistas eram feitas de acordo com o lugar, Salão Verde, Salão Negro. Dependia do lugar onde estivesse acontecendo o fato. Havia entrevistas também em plenário, principalmente em grande votação. Ninguém se recusava a falar. Imagine. Nenhum se recusa a falar.

comunicação?, de Ivonete Silva Lopes, em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/40%20anos%20de%20Televisao%20Educativa%20no%20Brasil%20a%20expansao%20do%20Sistema.pdf>

²⁴ Marcelo Ribeiro Cordeiro. Deputado Federal, 1979-1983, BA, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, BA, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, BA, PMDB. Primeiro-Secretário na Assembleia Nacional Constituinte.



Eu acho que o tempo que se dá à própria fala é pouco. É uma pena. Acho que eles têm que ter mais tempo de fala. Eu vejo assim: esse modelo da TV privada não deve ser usado na TV pública. Deve-se dar o espaço necessário para que você complete um pensamento. É aquilo que o Brizola²⁵ falava muito. O Brizola não deixava, de jeito nenhum, que o cortassem. Era muito engraçado. Ele falava. A gente fazia a pergunta, mas ele dava uma volta para dizer o que ele queria. Sempre. Era muito divertido ele falando. Política já foi mais divertida. Hoje em dia não está tão divertida.

10. Um legado inesperado da Constituição

Eu fiz um artigo sobre a votação do *impeachment*²⁶ e no qual eu comentei os votos dos Parlamentares: “*Eu voto pelo meu cachorrinho*”; “*Eu voto pela minha família*”; “*Eu voto pelo meu filho*”; “*Eu voto pelo meu neto*”. Sim, mas você está representando quem? Só a sua família?

O problema da reforma política que está em discussão agora é que você tem que ter representação. Que tipo de representação é a sua? Porque o que se desvirtuou muito — e esse foi um pouco do problema construído pela Constituição Federal de 1988 — foi o número de partidos sem representação nenhuma. Por quê? Porque recebem fundo partidário, porque fazem coligação, porque ganham dinheiro, mas não representam nada, só a família e o cachorro. Então, eu acho que, para funcionar, a reforma vai ter que acabar com a coligação. Não vai haver mais coligação, porque a coligação era o que sustentava esses partidos sem representação nenhuma. Por exemplo: o Partido da Mulher Brasileira é um homem com um rabo de cavalo. Ele é o único representante daquele partido. Que partido é esse? Ele não me representa. Ele não representa ninguém.

Antigamente tínhamos menos partidos, bem menos. Você tinha os grandes partidos, inclusive os partidos de centro, como o Partido da Frente Liberal (PFL), que é o Democratas (DEM) hoje. Eles mudavam, às vezes, de sigla. Mas eu acho que pelo

²⁵ Leonel de Moura Brizola (1922-2004). Governador do Rio de Janeiro, 1983-1987; 1991-1994; Governador do Rio Grande do Sul, 1959-1963; Deputado Federal, GB, 1963-64; Deputado Federal, RS, 1955-56.

²⁶ LADEIRA, Célia. A cara do Brasil II. Heróis sem caráter. CARTA POLIS, maio 2016, p. 14-15. Disponível em: http://www.cartapolis.com.br/novo/images/revistas/CartaPolis_MAI-2016.pdf Acesso em 20/07/2018.



menos havia mais representação, quaisquer que elas fossem, de vários grupos sociais. Você tem que ter partidos que representem o que é a sociedade brasileira. Não pode haver esse festival de partidos.

Entra aí um problema sério. Os partidos mais autênticos, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Rede Sustentabilidade (REDE), estão com medo da reforma. Esses partidos têm uma representação não fisiológica, mas ideológica. É complicado. Na Constituinte a questão era mais ideológica nesse sentido, porque o número de partidos era menor. Então, você não tinha esses interesses de determinados grupos querendo sobreviver, mas havia a discussão que tinha que ter.

Mas, por acaso, acabou liberando muito. Depois da Constituição, o que se criou de partidos. É um legado não esperado. Não se esperava esse crescimento todo. Ninguém esperava essa explosão partidária.

11. *Diário da Constituinte*: uma avaliação

Para mim o trabalho do *Diário da Constituinte* foi fascinante, pelo desafio de todo dia se colocar o jornal no ar ao vivo. O fato de estar ao vivo não era uma coisa tão forte na época. Na época, não havia nenhuma empresa pública no ar ao vivo diariamente. Então, isso foi um desafio interessante, foi bom. Acho que nós realizamos o nosso trabalho, cumprimos a nossa função, a nossa missão.

Eu acho que nós abrimos a porta para que se começasse a discutir a construção da comunicação dos órgãos públicos, das TVs públicas — *TV Câmara*, *TV Senado* e *TV Justiça*. Foi importante mostrar que você tem que ter a própria voz, você tem que ter espaço para mostrar sua própria voz.

Eu acho que aquele foi um momento importante, foi um momento democrático. Esse horário que nós tivemos no *Diário da Constituinte* — não só nós, mas também todos os outros que fizeram cobertura — permitiu que a Constituinte fosse vitoriosa nos seus artigos, nas suas mudanças sociais.

E eu gostaria que a Câmara e o Senado continuassem e aprofundassem mais ainda essa participação. O Senado tem feito muita experiência legislativa com o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) e tudo.



12. A importância da mídia legislativa

Eu gostaria que as pessoas fizessem como eu faço: estão na dúvida sobre algum assunto? Liguem a *TV Câmara* e assistam aos fatos ao vivo. Vejam e julguem vocês. Não julguem através da opinião de uma reporterzinha de TV A ou TV B que às vezes dá uma notícia maldada, informa mal porque está ligada a uma empresa. Ela está a favor do emprego dela, com a opinião que interessa à empresa. Em tudo há interesse, tudo é jogo de poder.

Temos que ser transparentes como jornalistas. O jornalista não é político, ele faz outra prática social. Há a prática social do jornalista e a prática social do político. Nesta se disputa poder. Naquela não se disputa poder nenhum. No jornalismo, no máximo, quer-se ter salário e subir na vida. Hoje em dia, o máximo que se quer é se manter no emprego.

A prática do jornalismo é uma. É o que se busca, mesmo com todas as pressões que se sofre da empresa, porque há pressões, há filtros. A empresa tem seus filtros — o que ela não quer que se publique, não quer que se diga —, mas você tem também a possibilidade de dizer o que tem que ser dito.

Na prática da política há interesses. Os interesses são outros. Isso tem que ficar muito claro. Estou mostrando, estou sendo transparente no que estou mostrando na minha cobertura política. O que é cobertura política? Não é eu fazer política, é mostrar a política como ela é, para o bem ou para o mal. E quanto mais eu mostrar, mais ela vai evoluir, mais democrática ela vai ser.

Ficha Técnica:

- 1 Data: 07/08/2017
2. Local: Sala de obras raras do Cedi
3. Duração: 41min
4. N° do arquivo: E006
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota – P_6741
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota – P_6741



7. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère (P-7479) – Diretora; Flávio Estevam da Silva (P_3012464) – Cinegrafista; Alessandro Palmier Silva (P_3009.965) – Auxiliar de Cinegrafista
8. Fotografia: Laila Monaiar – P. 6256
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 31/08/2017
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota – P_6741